PREFEITURA MUNICIPAL
POMBOS - PE
MUDANÇA E DESENVOLVIMENTO

LEI Nº 663/2005.

Ementa: Dispõe sobre o parcelamento de dívidas de origem tributária, referente aos anos 2001, 2002, 2003 e 2004, dispensa de multas e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE POMBOS, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições conferidas pelo art. 58 da Lei Orgânica Municipal, submete a apreciação da Câmara Municipal de Vereadores o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º - O art. 553 do Código Tributário Municipal de Pombos, aprovado pela Lei nº 632, de 26 de maio de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 553. O parcelamento será concedido, a critério da autoridade competente, em até 20 (vinte) parcelas mensais, atualizada segundo o índice de correção definido na legislação tributária municipal.

§ 1º. O valor mínimo de cada parcela não poderá ser inferior a:

I- 25 (vinte e cinco) Unidades Financeiras Municipais, para pessoas físicas;

II- 50 (cinquenta) Unidades Financeiras Municipais, para pessoas jurídicas.

§ 2º. As multas incidentes sobre os débitos em atraso poderão ser dispensadas quando o contribuinte comparecer espontaneamente à Secretaria de Finanças, confessar a dívida e requerer o seu parcelamento.

§ 3º. O Poder Executivo estabelecerá por Decreto, o prazo de 90 (noventa) dias, para o comparecimento espontâneo de contribuintes à Secretaria de Finanças, para parcelamento de dívidas com dispensa de multas.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Pombos, em 10 de junho de 2005.

JOSUEL VICENTE LINS
- PREFEITO -